

**O MUNICÍPIO PEDAGÓGICO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
EM MAFRA, 1772 A 1896.**

**THE CITY TEACHING: DEVELOPMENT OF BASIC EDUCATION IN MAFRA,
FROM 1772 TO 1896.**

Maria do Céu Garcia dos Reis Loureiro Alves
Universidade de Lisboa, alvesceuster@gmail.com

Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho
Universidade de Uberaba, lucianabeatrizcarvalho@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo trata de um estudo ao nível local, no que se refere à actuação do Município na instrução dos povos, no terceiro quartel de oitocentos, coincidente com a primeira fase histórica da descentralização do ensino em Portugal. Intenta-se ainda compreender apropriação das populações à instrução elementar primária, suas expectativas e representações, procedendo à desconstrução do processo de escolarização naquele Concelho, bem como alcançar uma aproximação à história da educação local, relativa ao município pedagógico, num sentido de uma abordagem mais focalizada, ao nível de uma instituição escolar.

Palavras-chave: Município, Instrução e Educação Primária.

ABSTRAT

This study tries to rebuild Mafra's XIX century learning process at the local level, as regards the action of the municipality in the people's education, coinciding with the first historical phase of decentralization of education in Portugal. It also attempts to understand the ownership of the public primary elementary education, their expectations and representations, proceeding to deconstruct the learning process in that region, as well as achieve an approximation to the local history of education, the municipality pedagogical, in the sense of a more focused at the level of an educational institution.

Key words: Municipal, Education and Primary Education.

INTRODUÇÃO

Reflexões sobre o objecto da História da Educação lançaram o investigador para novos campos de pesquisa, encaminhando-o para tratamentos inéditos que se complexificavam e transdisciplinavam. Na esteira de Fernandes (1996: 7), trabalhos pioneiros de 1960 - os ensaios e os estudos sobre a reflexão pedagógica de vários autores portugueses, integrar-se-iam «num conjunto mais amplo», numa «promissora direcção de pesquisa sobre um território e um período histórico» tantas vezes «menosprezados».¹ Estes trabalhos «ultrapassavam (...) os limites então prevalecentes na erudição historicista». Para o caso português, o historiador que se limite à interpretação – ou até à reinterpretação – dos materiais já conhecidos corre o risco sério de «reconstrução unilateral ou apriorística» (*ibidem*).

Segundo Chartier (1988: 14), «o retorno a uma das inspirações fundadoras dos primeiros *Annales* dos anos 30» e o «estudo das utensilagens mentais» que se inclinavam para a perspectiva social foi relegada em certa medida para um plano secundário. Assim surgiram grandes dimensões para a História das Mentalidades: a cultura popular, o apelo à longa duração, divisões sociais em renovação audaciosa e o tratamento serial de novas fontes, como registos de preços, paroquiais, portuários e actos notariais. Estas formas de entender e fazer História conferem uma nova legitimidade científica, que tem como suporte outras aquisições intelectuais, fortalecendo dessa forma o seu domínio institucional (*ibidem*). Já para Magalhães (2001: 81) a História da Educação, «não acontece no vazio, nem no abstracto» porque, tendo-se em conta o estudo da diacronia, para «o comportamento do letrado e as práticas de escrita das sociedades humanas», constrói-se um *continuum* com grande significado heurístico. «A fonte histórica, escrita, imagética, museológica, oral, é reconstruída a partir da problemática que norteia o processo de investigação» (*ibidem*: 91-92).

Assim, os Arquivos Municipais, Distritais e Centrais permitem «o estabelecimento de relações (séries) de assinantes», sendo favoráveis a uma metodologia que permite ao historiador reconstituir a Paróquia. Acede-se, desta forma, aos «registos de vida», à «estrutura demográfica das comunidades humanas». Uma maior «plasticidade metodológica que torna possíveis os complementos de informação, a construção da estrutura demográfica e da estrutura social». Nos planos «sincrónico e diacrónico», cruzam-se informações que

¹ O autor cita os seguintes investigadores: J. Sousa Mendes (art. de 1951); Luís Albuquerque (1978); Joel Serrão (1959); Victorino Magalhães Godinho (1955); Joaquim Ferreira Gomes, Rogério Fernandes e Rui Grácio (1988), etc. Acresce-se, os estudos de Rui Ramos (1988), Magalhães (2001) e tantos outros autores.

proporcionam ao investigador um «referente hermenêutico na construção do sentido histórico» (*ibidem*: 93).

Segundo este autor, «os desafios lançados pela economia e pela sociologia» conduzem o investigador, «no plano metodológico, à abordagem quantitativa, por recurso ao tratamento estatístico e serial», que o guiam à «aproximação» da «funcionalidade da alfabetização». No que concerne ao «conhecimento histórico das sociedades e dos modelos de desenvolvimento, nos quadros nacional e comparado, a história da alfabetização constituía um elemento fundamental ao completar as explicações desenvolvimentistas do historicismo». Assim, «às variáveis geográfica, demográfica, económica, tecnológica, política, associava-se um reforço da variável cultural a partir de uma segmentação social do acesso à cultura escrita» (*ibidem*: 97).

Decorrente da afirmação que a História da Educação tem em conta as dinâmicas sócio-históricas contextualizadas, desenvolvemos o nosso trabalho, seguindo novas linhas metodológicas, partindo de um material empírico diversificado que nos conduziu à (re)construção da escolarização elementar no século XIX, no Município de Maфра.

O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO E A LONGA DURAÇÃO: ALFABETIZAÇÃO/ESCOLARIZAÇÃO

Os processos de escolarização levaram-nos ao tempo mais longo, à longa duração, quando intentámos (re)construir a escolaridade. Por isso, convocamos a dimensão geográfica, que nos permitiu detectar três momentos: o nascimento do Concelho - o Foral Manuelino de 1513 -a antiga Vila medieval e sua Colegiada, o “Monumento Histórico de Maфра” -o Real Convento, 1717, e, finalmente, a Reforma Jurídico-administrativa de 1855, que o configura como actualmente se encontra. Ainda neste importante momento histórico, 1855, acontece a instauração da Escola Real de Maфра, por D. Pedro V. Nesta perspectiva detectámos um Concelho com uma dinâmica espacial interessante que adquire contornos pertinentes com a recriação Liberal que o transforma num Município animado pelo Movimento Regenerador burguês.

No Concelho de Maфра, ao longo do século XV, o ensino religioso competia à sua Antiga Colegiada, instalada na Paróquia de Santo André. Ministrava-se o catecismo às populações, exigindo delas e aos meninos e meninas a partir da idade de 7 anos «bij», que soubessem o «Paster Noster», a «Ave Maria» e o «Credo» para, «com elas», «se venham

confesar» na «Coresma». Devendo, ainda, orar «a Deus e a Virgem sua Madre e curem as cousas conteudas nos artigos da fe catholica», devendo os párocos «todolos domingos do ano a missa do dia depois da oferta» dizer «muito pasadamente aos (vossos) fregueses per maneira que eles vos posam entender as ditas orações».²

A par do ensino oral que se ministrava às populações, a escrita era da competência «dos profissionais - os escrivães e tabeliães -», ao serviço da administração e da burocracia, do «rei», «do senhor de Mafra» e/ ou da «cúria romana e arquiépiscopal», e, ainda, de alguns «clérigos beneficiados mais ou menos alfabetizados e latinados».³ Segundo Margarida Ventura (2002: 6) alguns «foreiros, fiadores das sucessivas gerações de tesoureiros, fiéis depositários da prata de Santo André», os «memposteiros do pescado da Ericeira», «proprietários rurais e urbanos, pescadores, almocreves, mesteirais» eram também assinantes no «nível mais baixo do manuseamento da escrita».⁴

O êxodo populacional para o novo núcleo urbano despontava a partir do terceiro quartel do século XVIII, e, por todo o século XIX, havendo, na actualidade, a retoma habitacional da Antiga Vila Medieval de Santo André de Mafra. No ano de 1820, encontram-se no *Livro de Manifestos* da Freguesia de Mafra,⁵ diferentes níveis de assinaturas, estritamente ligadas ao poder económico dos sujeitos. Configura-se o quadro social dos alfabetizados: grandes proprietários, mestres (religiosos), escrivães da administração, meirinhos, almotacéis e algumas mulheres que assumem os negócios familiares, apresentam diferentes níveis de literacia, o nível máximo e médio na escala de assinaturas. Pelo levantamento efectuado, a percentagem de alfabetizados rondava, sensivelmente, 32%; destes, 91% eram homens que assinavam em diferentes níveis e 9% mulheres.

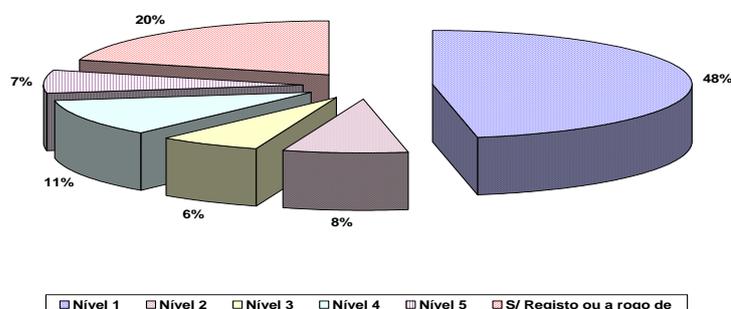
² IAN/TT, Colegiada de Santo André de Mafra, maço 3, s.n./Doc.II [1462-1464] – *Visitações Gerais de D. Jorge da Costa, cardeal de Alpendrinha*, [Cap. 3] e [Cap.6], cit. in Ventura, Margarida Garcez, *A Colegiada de Santo André de Mafra – Séculos XV – XVIII*, Transcrição Paleográfica do Fundo Documental e Estudo Introdutório, Mafra, Câmara Municipal de Mafra, 2002, p.19.

³ Ventura, Margarida Garcez, *A Colegiada de Santo André de Mafra – Séculos XV – XVIII*, Transcrição Paleográfica do Fundo Documental e Estudo Introdutório, Mafra, Câmara Municipal de Mafra, 2002, p.6.

⁴ *Idem*, p. 9.

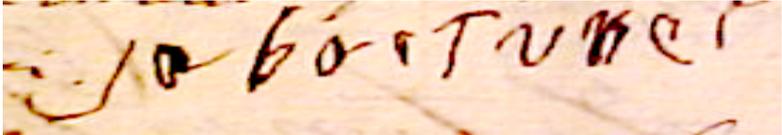
⁵ A.H.M.M. – *Livro de Manifestos* – n.º 18 – doc. 115 - *Freguesias de Santo André de Mafra e de Santo Isidoro* (vinhos e mostos) – 1820; - *Vintena da Vila de Mafra* (Vila de Mafra, Fancaria, Gorchinhos, Fontainhas, Montesoios, Casas Velhas, Zambujal, Quintal, Achada, Caeiros, Arrebenta, Vale do Poço, Casal da Serra, Relva e Saibreira); - *Vintena do Longo da Vila* (Quinta do Pombal, Casal Querido, Casal das Vilãs, Almada, Longo da Vila, Gonçalvinhos, Monte Godel, Casas Novas e Ribeira); - *Vintena do Pinheiro* (Salgados, Lavandeira, Pinheiro, Deserto e Tapada); - *Vintena da Fonte Boa* (Palos, Fonte Boa dos Nabos, Leitões, Casa Nova, Romeirão, Bairro Alto, Carrasqueira de Baixo e Quinta da Gaminha); - *Vintena da Murgeira* (Poço da Serra, Rocheira e Barreiralva).

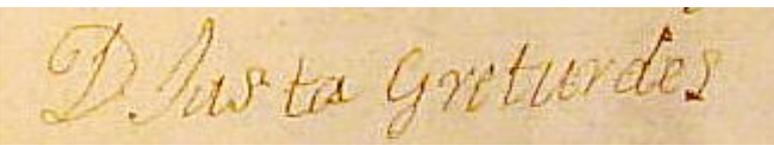
Gráfico n.º 1 – Escala de assinaturas, em percentagem – Freguesia de Mafra -1820.



Fonte: A.H.M.M. – *Lv. de Manifestos* - n.º 18 - Doc. 115 / 1820 – Freguesias de Santo André de Mafra e Santo Isidoro.

Quadro n.º 1 – Escala de assinaturas -práticas de leitura e capacidades literácias da população – Freguesia de Mafra -1820.

Nível	Práticas de leitura e de escrita	Capacidades literácias
1	<p>Marca ou sinal (no caso, normalmente em cruz)</p>  <p>«Não sabe ler, nem escrever.»</p>	<p>«Fala, pratica e comunica com aceitabilidade e reconhecimento.»</p>
2	<p>Assinatura incompleta “ou de mão guiada”</p> <p>«Apenas lê e escreve mal; apenas lê e escreve o nome; apenas lê; apenas escreve ou faz o nome.»</p> 	<p>«Fala, pratica e lê com incorrecções; assina o nome de forma rudimentar e comunica normalmente com propriedade.»</p>

3	<p>Assinatura completa e normalizada</p> <p>«Apenas lê e escreve; escreve sofrivelmente.»</p>	<p>«Fala, pratica e lê aceitavelmente, escreve com incorrecções, comunica com propriedade e oportunidade.»</p> 
4	<p>Assinatura caligráfica; estilizada</p> <p>«Lê e escreve; escreve sofrivelmente.»</p>	<p>«Fala, discursa, lê e escreve com correcção e mestria; comunica com fluência.»</p> 
5	<p>Assinatura personalizada e criativa</p> <p>«Lê e escreve bem; Formação académica.»</p>	<p>«Fala, discursa, lê e escreve bem, com propriedade e estilo, comunica com persuasão.»</p> 

Fontes: A.H.M.M. – *Lv. de Manifestos* - n.º 18 - Doc. 115/ 1820 – Freguesias de Santo André de Mafra e Santo Isidoro; / Magalhães, Justino Pereira de, “Escala de Alfabetização e Literacia” e “Escala de Práticas de Leitura e de Escrita” in *Alquimias da Escrita: Alfabetização, História, Desenvolvimento no Mundo Ocidental do Antigo Regime*, São Paulo, Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001, p.p. 139-145.

Insignia do Real Colégio de Mafra Data: 1772, Autor não identificado, Ø 51 mm Cunhada nas variantes de Prata Dourada e Prata (Assunção, 1978).



O Real Edifício albergava o Real Colégio de Mafra, 1772-1820, onde as Ordens Religiosas continuavam a assumir um papel preponderante na instrução da camada social mais distinta, a nobreza e a grande burguesia ou a “nova nobreza”.

Chegados aos anos trinta e quarenta do século XIX, a contenda entre o Estado liberal e o poder Religioso desencadeia a extinção dos dízimos, 1832,⁶ das Colegiadas (1848)⁷ e esvazia o

⁶ Decreto de 30 de Julho de 1832.

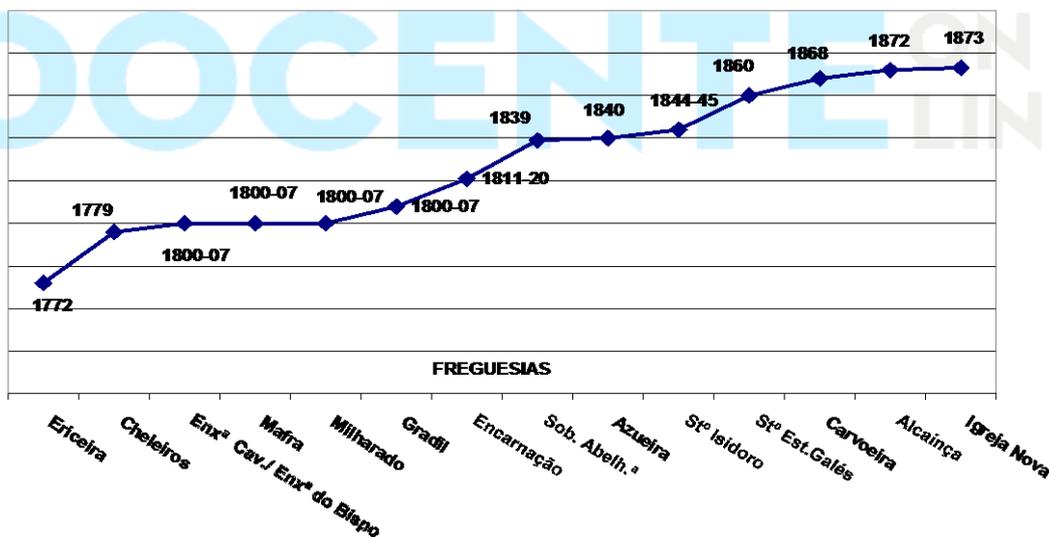
⁷ Decreto de 16 de Julho de 1848.

Convento das Ordens Religiosas, 1834,⁸ assomando outras Instituições, não menos importantes: a instituição militar - Real Colégio Militar, 1848-1859; Colégio de Órfãos dos Filhos dos Soldados, 1863-1873- e a escolar - a Escola Régia de D. Pedro V, 1855-1908.

Decorrente das Reformas de Instrução Primária de Costa Cabral, focalizando o período da Regeneração, e a de Rodrigues Sampaio, entre os anos de 1851 a 1886, verifica-se que o incremento das Primeiras Letras apresentou maior acuidade nas populações do Município de Mafra, com índices de alfabetização que rondavam entre 20 e 23 % de sujeitos alfabetizados. Contudo, nas décadas seguintes, decrescem os níveis de alfabetização.

Tendo presente a expressão vulgarizada no século XIX, que um «analfabeto era também um não escolarizado», tentou-se entender os processos da escolarização local, reconstruindo-se a rede escolar, que nos confirmou serem necessários cem anos, 1772-1873, para que cada Freguesia dispusesse de uma escola pública para o sexo masculino.

Gráfico n.º 2 – Implementação de Escolas Públicas no Concelho de Mafra – Sexo masculino – 1772 a 1873.



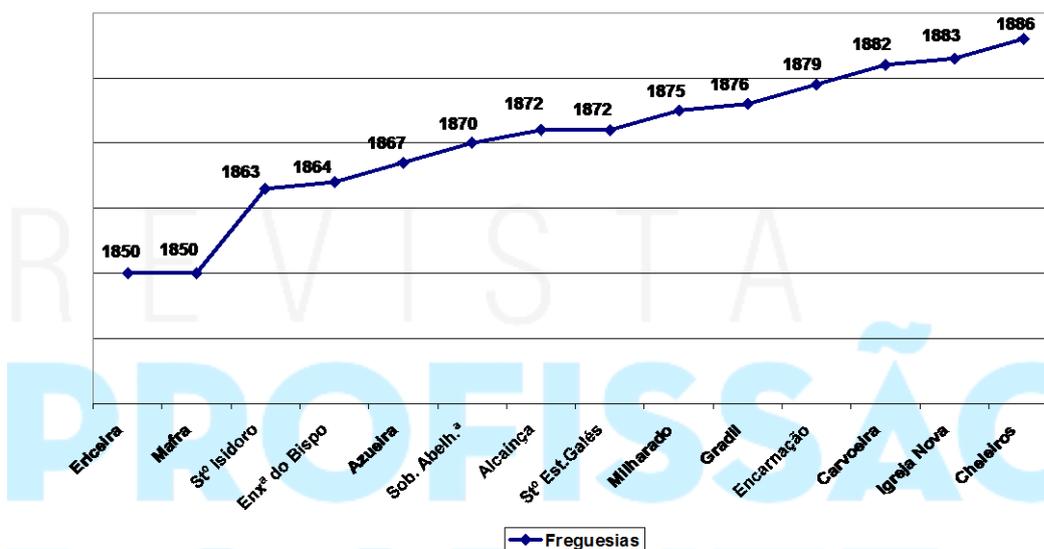
Fontes: A.H.M.M. – *Mapas Estatísticos sobre as Escolas Primárias – Séc XIX – C.P. 6 – E-28/ Ofícios Circulares de várias Escolas do Concelho de Mafra – C.P.4 e C.P.5 – E-28/ Ofícios e Circulares e Mapas – C P.9 – E-26/ Lvs. de Actas da Junta Escolar do Concelho de Mafra - n.ºs 338 e 320 / Mapa do Movimento Escolar no*

⁸ Decreto de 28 de Maio de 1834.

Concelho de Mafra-1882-Junta Escolar do Concelho de Mafra / A.N.T.T. – Ministério do Reino – Processo de Provimento de Professores – Maços 4384, 4387, 4388, 4389 e 4392 – Séc. XVIII e XIX / Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772 / Fernandes, Rogério, Os Caminhos do ABC – Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras – Do Pombalismo a 1820, Porto, Porto Editora, 1994, p.p. 632, 635 e 655 / Nóvoa, António; Le Temps Des Professeurs – Analyse Socio – Historique de la Profession Enseignante (XVIII – XX Siecle), Vol. I, Cap. VII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1997, p. 290.

O ensino público das meninas instaurou-se tardiamente, 1856, apresentando maior recuperação, pelo facto de, em 1890, existir uma mestra para ministrar o ensino em praticamente todas as Freguesias do Concelho.

Gráfico n.º 3 – Implementação de Escolas Públicas, Mistas e Particulares
Sexo feminino –1850 a 1886.



Fontes: A.H.M.M. – *Mapas Estatísticos sobre as Escolas Primárias – Séc XIX – C.P. 6 – E 28/ Ofícios Circulares de várias Escolas do Concelho de Mafra – C.P.4 e C.P.5 – E 28/ Ofícios e Circulares e Mapas – C.P.9 – E-26/ Lvs. de Actas da Junta Escolar do Concelho de Mafra - n.ºs 338 e 320/ Mapa do Movimento Escolar no Concelho de Mafra – 1882 -Junta Escolar do Concelho de Mafra / Decreto de 19 de Novembro de 1855.*

Grande parte dos meninos e meninas contribuíam com o seu trabalho para o sustento familiar. A ocupação laboral da criança variava de Freguesia para Freguesia, encontrando-se as que se dedicavam à guarda de animais, pastores e pastoras, lavadeiras, nas lides da pesca, na distribuição de pão, na olaria, nos trabalhos agrícolas, criados de servir, entre outras.

Estas formas de vida vão obstar o processo de escolarização da maioria das crianças e as suas aprendizagens, que, regra geral, se prolongam muito para além de três anos -as três divisões do ensino na classe. Para outros, a frequência escolar de um ano ininterrupto servia para adquirir rudimentos de escrita, leitura e contagens que bastassem à resolução dos problemas enfrentados no quotidiano da vida.

Por isso, na maioria das escolas elementares públicas ministrava-se, sobretudo, o ensino da leitura, da escrita e das contagens básicas, rudimentos de catecismo, aos mais adiantados, noções de civilidade e introdução à História pátria, medidas de capacidade e sistema métrico.



A sala de aula da Escola Real de Mafra

A grande parte das casas escolares apresentava condições de extrema pobreza, encontrando-se franca degradação nos espaços, falta de luminosidade e de capacidade, más condições de higiene, por contraponto ao ambiente de materialidade de excelência, da Escola Real de Mafra.⁹

Mesas e bancos corridos, o quadro negro, um mapa geográfico, tinteiros, penas, papel e manuais escolares - Cartilhas das Primeiras Letras e manuais enciclopédicos, fazem parte dos utensílios que o aluno utiliza para a aprendizagem da leitura, escrita caligráfica e contagens.

Na Escola Régia e nas escolas públicas dos sexos feminino e masculino da Ericeira e na do sexo feminino da Encarnação, as contagens aritméticas são apoiadas por contadores mecânicos. O sistema métrico serve de suporte utilitário ao aluno que aprende a medir, mais tarde serão os terrenos e as fazendas agrícolas.

As medidas de peso e capacidade auxiliam-nos a avaliar os produtos com que se defrontarão nos negócios da venda: os cereais, leguminosas, leite, manteiga, azeite, óleo, genebra, vinho, vinagre, sal, carnes verdes e secas, entre muitos outros.¹⁰

Na oficina da olaria ou na do odreiro, executam-se objectos que obedecem às medidas de capacidade convencionais. O menino que vai trabalhar no campo necessita, de igual forma, de saber os géneros de sementes -cereais, árvores de fruto, fazer excertos na vinha e seu tratamento. O lavrador que vai criar várias espécies de animais também necessita conhecer o seu ofício. Mas, por outro lado, na Escola Real, os mais adiantados vão adquirindo conhecimentos de Geografia nos vários mapas para o efeito, nas «esferas, terrestre e celeste» apreendem a sucessão dos dias e das noites, equinócio, a latitude, a

⁹ Para além da limpeza amiúde, anualmente procedia-se à pintura da escola, desde paredes à mobília escolar (B.N.P.M.- Liv. 1 e 2 - Escola Real de Mafra - Diversas Despesas, desde 1 de Junho de 1867 a 1884).

¹⁰ A Reforma de 16 de Agosto de 1870, de D. António da Costa Macedo, delibera, no Título V, a aprendizagem, no 1º grau de Ensino Primário, do Sistema Legal de Pesos e Medidas.

longitude e, ainda, os planetas do Sistema Solar. Para o conhecimento da intensidade da luz dispõem de um «luzgiómetro», aprendendo, ainda, a encadernar livros e a conservá-los.

Em tempo de precariedade económica é importante saber fabricar os instrumentos de escrita, as penas de frangão eram aconselhadas; mediante os ângulos e a precisão dos cortes na extremidade criava-se uma variedade de utilitárias que serviam a escrita bastardo, bastardinho e/ ou cursivo. Outro suporte, não menos importante, era a tinta, o livro de caligrafia continha, para o efeito, uma série de receitas pertinentes que ajudavam a obtê-la, partindo do vinho e de outros derivados que na Escola Real se obtinham por encomenda.

Embora a leitura fosse a área do Ensino Elementar mais apropriada pelos alunos; seguia-se-lhe, de perto, o domínio da escrita. As contagens e o catecismo, regra geral, sucedem-se em posição cimeira – ora os rudimentos de catecismo, ora a aritmética -até às quatro operações sobre inteiros.

REVISTA PROFISSÃO DOCENTE ONLINE

Quadro n.º 2 Síntese das aprendizagens desenvolvidas pelos alunos matriculados - 1856.

Níveis de apropriação do currículo escolar – Nível Elementar												
(77 alunos – até ao mês de Maio de 1856)												
Leitura	n.º	%	Escrita	n.º	%	Aritmética	n.º	%	Catecismo	n.º	%	
Não lê	4	5	Não escreve	9	12	Nada	13	17	Nada	14	18	
			Escreve rudimentos; (hastes;	2	2	28,5	Operações até à multiplicação	16	21	2.ª classe	1	1
										3.ª classe	1	1
										4.ª classe	8	10

Conhece letras; Lê mal ou soletra	11	14	letras; palavras)			Até à divisão (inclusiv e)	5	6	5. ^a classe	9	12
Lê sofrível	22	28, 5	Escreve Sofrível; (bastardo)	2 4	31	4 operaçõe s sobre inteiros e dizima	15	19	6. ^a classe	9	12
Lê bem	40	52	Escreve bem; cursivo	2 2	28, 5	4 operaçõe s sobre complex os; sistema métrico	16	21	7. ^a classe	6	5
						8. ^a classe			4	4,3	
						Fracções ; pesos; capacida de; juros	12	15, 5	Concl uiu	25	32
Total	77	94, 5	Total	7 7	88	Total	77	82, 5	Total	77	81

Fonte: A.H.M.M. – *Lv. de Matrícula da Escola Real de Mafra - Freguesia St.º André de Mafra - Séc. XIX*

PROFISSÃO
DOCENTE ONLINE

Níveis de apropriação do currículo escolar – Pós-elementares (93 alunos – até ao mês de Dezembro de 1856)																				
Hist. Sag.	n.º		Gram át.	n.º	%	Hist. Port.	n.º	%	De s. Lin.	n.º	%	Ge og.	n.º	%	Moral / Civil	n.º	%	Física	n.º	%
Início u	1		Início u	4	4,3	Pri nc.	1	1	1. ^a classe	6	6,4	Inic iou	2	2	Conc.	9	9,6	Conc.	8	8,6

Velho Test.	1	1.ª classe	3	3, 2	2.ª época	3	3	2.ª classe	1	1	Conc.	1	1						
Conc.	48	2.ª classe	4	4, 3	Conc.	2	2	Conc.	1	1									
	5	Conc.	24	2															
Total	450	Total	35	3	Tot	2	3	Tot	2	2	Tot	1	1	Total	9	9,	Total	8	8,6
	7,5		7,	6	al	9	1	al	2	3,	al	5	6		6				

O ensino e a aprendizagem da História Sagrada, Pátria, Civilidade e Moral, elementos de Física, Desenho Linear, Aritmética adiantada -o segundo grau ou Complementar Primário, estavam reservados àqueles meninos que provinham de famílias abastadas, letradas ou os mais favorecidos pela fortuna que manifestassem capacidades acima da média para aprender.

Quadro n.º 3 – Síntese das aprendizagens desenvolvidas pelos alunos –1856.

Fonte: A.H.M.M. – *Lv. de Matrícula da Escola Real de Mafra – Freguesia St.º André de Mafra – Séc. XIX*

Legenda convencional: **Velho Test.** - Velho Testamento; **Gramát.** - Gramática; **Conc.** - Concluiu; **Hist. Port.** - História de Portugal (ou Pátria); **Des. Lin** - **Desenho Linear**; **Geog.** - Geografia; **Moral / Civil** - Moral e Civilidade

O espaço escolar molda e ajusta-se gradualmente à imagem de utilidade e de eficácia do Ensino Primário, corroborando os normativos de 20 de Dezembro de 1850 -instruções pedagógicas ao professorado, os de 20 e 27 de Julho de 1866 -da responsabilidade de João Mártens que, para além de fornecerem instruções precisas sobre utensílios e ambiente de materialidade das escolas, regulamentava a concessão do legado do Benemérito Conde Ferreira para a construção de edifícios escolares.



Escola Conde de Ferreira – S/ Data - Mafra (Boletim Cultural '93CMM)

No ano de 1873, completava-se a sua construção, de acordo com o previsto nos trâmites deste legado, no Largo frontal ao Real Edifício, destinada ao ensino das meninas. Como é o caso da Escola Conde de Ferreira,

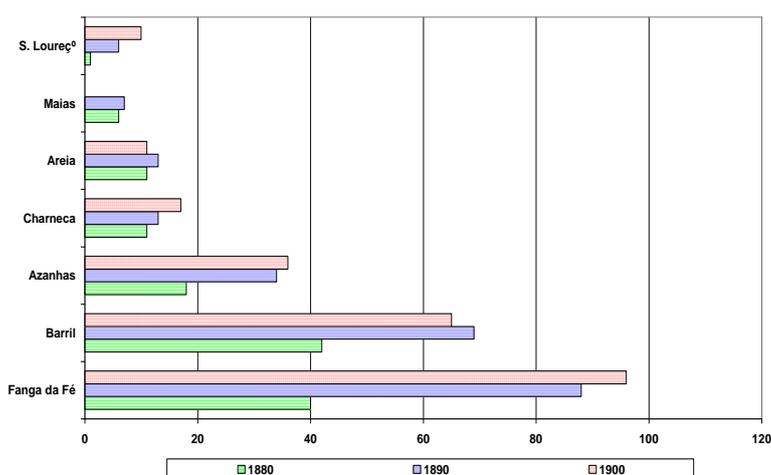
que exerceu um competente corpo docente do sexo feminino, com formação obtida nas

Escolas Normais Primárias. A partir dos anos oitenta do século XIX, instaurou-se o Ensino Complementar, destinado *àquelas* meninas que seguiriam os estudos nos Liceus.

Seria o Rei D. Pedro V o promotor da mudança; contudo, teríamos um raciocínio apriorístico, se não enfatizássemos seu irmão, o Rei D. Luís I. Presentes nas sessões finais dos exames, distribuíram prémios aos alunos, que variaram entre medalhas cunhadas com a esfinge de D. Pedro V, estojos, contendo livros, esmolas de fato, revistas ilustradas do tipo enciclopédias, lautos almoços oferecidos aos alunos no Real Convento, etc..

Pela Escola Régia, D. Pedro V reclama para si o nome de «operário», marcando definitivamente a imagem da Escola junto das populações. Com cariz particular, substitui-se à Escola Pública e ao Estado, pelo poder régio e pelas receitas da Vedoria da Fazenda da Casa Real, que asseguravam um ensino gratuito, fornecendo as melhores condições de oferta às populações. Segundo D. Pedro V, a escola constituiria uma pequena democracia, onde os alunos, independentemente da sua condição social, a frequentariam, emergindo desta forma uma nova sociedade, assente no trabalho e na competência, onde o mérito só era reconhecido aos mais aplicados e inteligentes. À Escola Real, concorrem alunos de todas as classes sociais e, ainda, meninos de todo o País. As famílias pobres estão aliviadas dos encargos materiais com a instrução de seus filhos e as mais abastadas socorrem-se da excelente qualidade de ensino que aí se ministra. A sua fama passava as fronteiras do Concelho: a Imprensa lisboeta e alguns Jornais Pedagógicos nacionais dedicaram-lhe artigos.

Gráfico n.º 4 Freguesia da Encarnação – 1880-1900.



Do que aqui foi dito, não se fique com a ideia de que o factor da maior distância à escola não constituiu impedimento à escolaridade no Concelho.

Podemos afirmar que, aliado à ocupação infantil, foi um dos factores que mais fraquearam a escolarização das crianças.

A maioria das Freguesias

Legenda convencional: Lugares/ distância em km da escola pública: **São**

Lourenço (Casais) – 6 km. **Areia** – 6 km/**Azenhas** – 5 km/**Barril** – 5

km/**Charneca** (Casal) – 4 km/**Lugar das Maias** (Casal) – 2 km/**Lugar da Fanga**

da Fé (Encarnação) – 0 km;

RPD – Revista Profissão Docente, Uberaba, v.11, n. 23, p 72-102, jan/jul. 2011– ISSN 1519-0919

apresentava um quadro de grande dispersão populacional associado à vasta extensão geográfica.

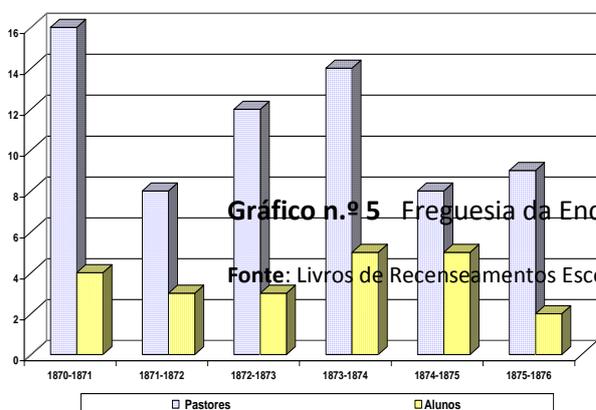


Gráfico n.º 5. Freguesia da Encarnação: ocupação Infantil - 1870 a 1876.

Fonte: Livros de Recenseamentos Escolares.

O acesso às escolas era restrito às crianças que residiam nas Vilas, onde estas, regra geral, se localizavam. De fora da obrigatoriedade de frequência ficava a grande parte da infância que, por condições de pobreza, não as frequentava e o acesso praticamente negado, a quem

habitasse a dois quilómetros de distância. Uma camada diferenciada era constituída por aqueles (as) meninos (as), cujos pais se deslocavam diariamente aos centros por motivos laborais, ou que tivessem parentes afins, próximo da Escola e/ ou que fossem provenientes de famílias com recursos económicos suficientes para os manter nas localidades onde estivessem implementadas.

Compendiando os factores que impediram a escolarização da maioria das crianças deste Concelho, diríamos que assentaram na maior distância entre o domicílio e a escola, associada à existência de maus caminhos de acesso; a ocupação infantil estava estritamente ligada à sobrevivência das famílias pelas condições de precariedade económica.

Reflectindo sobre um Município não estático, a aproximação ao Ensino Elementar local requer uma complexificação que cruza a História da Alfabetização, Social, Administrativa, Geográfica, Política e Económica e, parafraseando Justino de Magalhães, diríamos que não existem processos de escolarização «no vazio» nem «no abstracto», tentando-se, então, perceber, sobretudo, as dinâmicas e mutações, que conduzem tantas vezes a situações de ruptura na história da vida social. Assim, interpelámos fontes históricas diversificadas,¹¹

¹¹ Censos da População do Reino (1900), Reforma Jurídico-Administrativa (1855), Legislação Oficial Portuguesa- Reformas de Ensino – 1772 – 1896 (Alvarás, Editais, Cartas de Lei, Portarias, Ofícios Circulares, etc.) e Imprensa Local (1866).

Arquivo Histórico Municipal de Mafra: Livro de Actas da Vereação Camarária – 1800-1890, Livro de Eleitores e Elegíveis (1856-1890), Livro de Manifestos (vários - 1790-1884), Livro de Receitas (vários - impostos directos no Concelho -1870-1886); Arquivo da Instrução Primária Elementar 1849 – 1900 – Várias Caixas: 1º Período Estatístico: Mapas Estatísticos de Instrução Primária (1849-1879) e Mapas de Matrícula e Frequência de Alunos (1860-1879); Quesitos às Escolas para a Inspeção (1860-63); Ofício Circ. de 30-10 de 1880 - Correspondência Oficial entre Professorado e Administrador do Concelho - (expedida e recebida - 1851-1900) – várias escolas do Concelho; 2º Período Estatístico: Livro de Recenseamentos das Crianças (1881-1900), Mapa Provisório da Rede Escolar (1882-83), Boletins e Folhas dos Professores (1892-1896); Livro de Actas da Junta Escolar de Mafra (1881-1892); Livro Copiador de Ofícios da Correspondência Oficial, Livros (3) de Termos de Exame no Concelho, Comissão Inspectoral (1); Processo de RPD – *Revista Profissão Docente, Uberaba, v.11, n. 23, p 72-102, jan/jul. 2011– ISSN 1519-0919*

cujo *corpus* documental central se encerra no Arquivo Histórico Local, considerando dois marcos: a Reforma de 1844 de Costa Cabral, e a de António Rodrigues Sampaio de 1878, implementada em 1881, pelo seu mentor.

Num primeiro momento, interessa-nos a variável *macro*, e a particular tradução espacial, através do estudo geográfico, do conjunto de Reformas, que se sucedem desde Pombal, 1772, a 1896 com o Governo de João Franco. Tivemos, contudo, presentes os modos de recomposição socio-económica ocorridos no Município e os compromissos simbólicos preconizados pelos agentes sociais.

Num segundo momento, tivemos em atenção a variável *meso*, que privilegia os tempos de Alfabetização e a Escolarização, compreendendo as formas e os modos de apropriação, bem como as representações sociais que se geraram a propósito destas realidades.

Num terceiro momento, olhámos a variável *micro*, que decomposemos em três dimensões: a dimensão material que passa pela organização do espaço escolar, utensílios e mobília; a dimensão pedagógica, em que se atende ao modo de transmissão dos saberes e a sua recepção assente no manual escolar, práticas e recepção da mensagem especificamente pedagógica. Por último, a dimensão social em que se indagam as resultantes da escolarização.

ESTUDOS DE CASO

Ensaíram-se, nesta óptica, **estudos de caso** para as Freguesias de Mafra, Encarnação, Ericeira e Santo Estêvão das Galés, considerando suas diferenças: o âmbito geográfico; distanciamento / proximidade do núcleo central da Vila urbana de Mafra, ao nível interno a extensão territorial e marcas orográficas. O ambiente social (de ruralidade ou de urbanidade) aponta para um Concelho essencialmente rural, que não se afastava do Portugal geográfico/ económico do século XIX. Sublinhando os efeitos da corte e do poder régio absoluto, das ordens religiosas e dos Colégios «militar» e da “Nova Nobreza”, o Real Colégio de Mafra e, ainda, da instituição militar que, na vila de Mafra, se sediaram até aos nossos dias.

Criação de Escolas no Concelho de Mafra – várias freguesias (Escola Conde de Ferreira de Mafra); Livro de Matrículas de Alunos Escola Real de Mafra (2) – (1856-1893), Mapas Estatísticos de Frequência de alunos.

Arquivo Nacional Torre do Tombo – Processo de Provimento de Professores – Séc. XVIII – XIX (Maços de Instrução números: 3483, 4307, 4383, 4384, 4387 e 4388)

Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra - Estatutos do Real Colégio de Mafra, Fazenda da Casa Real de Mafra - Livro de Despesas com a Escola Real de Mafra (1867-84), Correspondência Oficial da Escola Real de Mafra (1867-1903).

Entre a História da Alfabetização e a da Escolarização, interrogámo-nos acerca do nível de instrução das populações locais, recorrendo aos *Censos* de 1900, que contêm dados precisos acerca da vida sócio-cultural do Concelho. Com este recurso, tentámos entender o desenvolvimento da escolarização, abordando o professorado, os métodos ou modos de ensino e, sobretudo, os níveis de apropriação escolar. As famílias conduziram-nos à composição social e ao índice de alfabetização e de adesão ao ensino.

Militando a favor da percepção destas dinâmicas, considerámos quatro Freguesias com realidades distintas no plano geográfico e no plano social.

De forma não arbitrária, seleccionaram-se a **Freguesia de Mafra**, que encerra o núcleo central do Concelho - a sede do Município - patenteando especificidades sócio-administrativas, localiza-se no âmago do Concelho. É a freguesia com a maior extensão geográfica, que assume uma plasticidade social entre o núcleo urbano da Vila de Santo André de Mafra e as localidades dispersas, rurais que se estendem em redor.

A da Fanga da Fé, vulgo **Encarnação**, assume uma posição de termo a Norte, com grande extensão geográfica e características essencialmente rurais - numerosos fazendeiros e trabalhadores agrícolas, emergindo famílias de grandes proprietários que influem o seu ambiente sócio-cultural.

Esta paróquia, no final do século XIX, apresentava um quadro de alfabetizados, não superior a 250 indivíduos. Mantinha uma identidade muito particular no que concerne ao ensino das meninas e, com isso, um quadro superior de alfabetização feminina. Rasteando estudos genealógicos desenvolvidos por João Gil, (2003: 40), percebe-se que uma das famílias locais mais importantes, os Silva Henriques, teve na direcção uma mulher - Maria Benedita d'Assumpção Bernardes, proprietária da Casa Grande da Lobagueira, o início de uma geração de indivíduos letrados e influentes na paróquia.

A **da Ericeira**, com baixa extensão geográfica e uma realidade sócio-cultural distinta, impregnada de urbanidade e de dinâmicas sociais ligadas à vida marítima, que a caracteriza de forma muito particular.

E, finalmente, a quarta Freguesia, **Santo Estêvão das Galés**, extremada a Sul, com características rurais, onde emergiu um grande grupo de seareiros. Plasmada por uma orografia adversa, os montes que a circundam isolam-na naturalmente das restantes Paróquias circunvizinhas. A sua abertura e relação com as instâncias centrais comprometem-se, resultando uma vida social muito característica, onde se destaca a ocupação laboral infantil e a forma de estar, de idealizar a escola e a Instrução Pública.

Dois planos distintos emergem: o primeiro com a rede escolar, em que se sublinha o estudo da escolarização, decorrente de dois momentos administrativos – o designado primeiro período estatístico, referente à Reforma emanada no ano de 1844, por António Bernardo da Costa Cabral, que se prolonga no tempo, por vinte e três anos, e o segundo, marcado pela Reforma de António Rodrigues Sampaio, em 1878 e implementada, no ano de 1881.

Um segundo plano refere a dimensão pedagógica, de regulação, os horários, condições de materialidade das escolas e manuais escolares, a apropriação dos alunos e destinos profissionais. O professorado assumiu uma posição de charneira, porquanto a escola era o professor e/ ou o professor fazia a escola; assim, apela-se às práticas pedagógicas, à formação e ao recurso de manuais escolares.

Importa, ainda, considerar que a escola se torna uma instância de modernidade, formando a criança. Transformando-a num ser civilizado, disciplinado, que serve uma Pátria, que lhe dá direitos e lhe exige deveres enquanto cidadão de um território delimitado por fronteiras. Confere-se uma nacionalidade, que tem em comum a língua e que, institucionalmente, se organiza entre os três poderes constituintes: o poder legislativo, moderador e constitucional, parlamentar, que deverão servir interesses colectivos - os da Nação.¹²

Associado às questões de cidadania e civilidade, a escola deveria, ainda, formar um homem religioso, um ser temente de Deus. As figuras representativas da Nação patenteiam-se na Escola - o busto ou a imagem do seu representante, o rei - e um crucifixo, que sustenta um crente, que se organiza numa sociedade marcada pela divisão social que se repartia pelos «superiores, os iguais e os inferiores».

O Estado necessita de regular o cidadão desde tenra idade; por isso, emergem as leis da obrigatoriedade de frequência escolar. A infância já se encontra bem definida, pelo contributo das ciências médicas e pela Psicologia Experimental. A criança, entre os seis e os sete anos, com limite entre os doze e os catorze anos, deverá frequentar a escola. Para além de aprender as primeiras letras, é também educada nas regras de civilidade, inerentes à moral e ao dever, intimamente ligado ao plano religioso.

¹² Varela, Julia & Alvarez Uria, Fernando, “La Escuela Obligatoria, Espacio de Civilización del Niño Obrero” in *Arqueología de La Escuela*, Madrid, Las Ediciones de la Piqueta, 1991, pp. 175-208.

As noções de higiene surgem nesta fase, em coerência com o comportamento de um ser civilizado. A vacinação e a higienização do espaço escolar levam a que os *mal asseados* não possam entrar na sala de aula sem se apresentarem adequados.¹³

Os exercícios ginásticos são também incluídos no desenvolvimento pedagógico, pelo que, em 1883, na Escola Real de Mafra, por exemplo, se aprontava um ginásio para o efeito da aplicação dos programas de instrução e, dos profícuos resultados para a saúde e robustez dos alunos.¹⁴ Por isso, o professor assume a regulação de um tempo que, em momentos diferentes,¹⁵ gere o horário das lides escolares e a sua vertente social. O recurso ao decuriato, a imitação aos melhores, distribuição de prémios, o quadro de honra, os castigos de vergonha e a atribuição de maus pontos para os desviantes espelham uma sociedade em mutação e (re)construção, que a escola assume e, simultaneamente, transforma.

Instruir, moralizar e evangelizar, noções de civilidade e de higiene apelam à formação, ao conceito de educação que se alia ao de instrução, representados na escola pela vontade das populações locais influentes.

O ensino tomava uma feição de utilidade prática, cativando as populações para a via da especialização profissional e aperfeiçoamento de conhecimentos ligados a certas profissões: carpinteiros, oleiros, calceteiros, padeiros, moleiros, pequenos lojistas, caseiros, sapateiros, alfaiates, barbeiros, odreiros, ferreiros, ferradores, fogueteiros, banheiros, mestres de rasca e pescadores reconhecem a necessidade da cultura escrita. Apontadores, contratadores, lavradores, fazendeiros, proprietários- negociantes, necessitam de um conhecimento especializado, para o tratamento das diferentes espécies de gado, formas de agricultura, vinha e combate às pragas, como o *oidium tuckeri* que grassou no Concelho no ano de 1866. Nas feiras, como a da Malveira, necessitam, sobretudo, da leitura e contagens, pesos e medidas e de uma capacidade para negociar, correndo o risco de serem enganados e de ruína se não dominarem a cultura escrita.

O mesmo para aquele que faz e vende a manteiga, que necessita de saber pesar, medir, contar e de rudimentos de escrita, e aqueloutro que vende o produto do seu trabalho,



¹³ No Livro 1º – *Matrículas da Escola Real* (1856) registava-se a vacinação de meninos com idades compreendidas entre 5 e 14 anos, posterior à matrícula n.º 373, coincidente com data de 03-11-1869. Por falta de outras referências, desconhece-se que tipo de vacinação inoculada, mas referenciam-se as informações: «Jenner, Edward. Médico britânico (Berkeley, Gloucestershire 17. 5. 1749-Berkeley 26. 1. 1823). **Estabeleceu as bases da vacinação contra a varíola.** Em 1796 vacinou pela primeira vez uma criança com linfa variólica de uma vaca (vacina) e publicou em 1798 o novo processo de vacinação.» (A.A.V.V. *Moderna Enciclopédia Universal*, Amadora, Círculo de Leitores, 1994, p. 81).

¹⁴ B.P.N.M. – *Maço de Papéis Diversos* – Ofício avulso (7-10-1881); Orçamento de Despesa a fazer com um pequeno ginásio, s/ data; Recibo/Factura da despesa com o ginásio da Escola Real, 6-10-1883.

¹⁵ Um relógio está presente na parede ou na secretária dos professores (ver quadros de inventário de material das escolas, pp. 197, 219, 286 e 333).

deslocando-se a grandes distâncias, à urbe lisboeta, para vender as frutas ou produtos hortícolas.

Os funcionários da administração e das propriedades reais -administradores, almoxarifes, vereadores, escrivães, almotacéis, militares, médicos, farmacêuticos, capitães de navio e professores constituem camadas sociais que se diferenciam de todos os trabalhadores que servem no Palácio Real: criados de servir, moços do palácio, varredores, cocheiros, carreiros, guardas ou vigilantes, porteiros, serventes e auxiliares da caça real necessitam de bases de cultura escrita para desenvolver com alguma competência as tarefas que se relacionam com o serviço da corte e da família real. Muitos meninos, após terem apreendido rudimentos de leitura, escrita e contagem, tiveram o destino de criado de servir, em Lisboa, no domicílio de famílias abastadas que viviam a maior parte do tempo na grande metrópole.

O comércio necessita de técnicos preparados para a escrituração e contabilidade. Estes, regra geral, têm como destino a cidade de Lisboa. O mesmo para o telégrafo que se firma em novos códigos de comunicação – a taquigrafia e a telegrafia -, advindo uma sensibilização na Escola Real e, finalmente, o avanço da via férrea - o comboio - aporta outros fiscais que também necessitam da cultura escrita. Os serviços de alfândega, fiéis de armazéns, de igual modo não diferem da anterior, assomando uma classe alfabetizada. Por metade do século XIX, coincidente com a cultura da vinha, de forte implementação no Concelho, despontam os taberneiros, que ganham o sustento nas lojas de venda do vinho, regra geral são também alfabetizados.

Os meninos mais inteligentes, órfãos e/ ou oriundos de famílias de trabalhadores rurais pobres eram cooptados pela mercê régia com o intuito de seguirem o Magistério Primário, outros, a escola industrial e rural, e uma ínfima parte os Estudos Superiores. Alguns, oriundos do Norte do País, seguiram destinos militares ou medicina. Diferente sorte tiveram outros órfãos, expostos, filhos de trabalhadores rurais ou de pescadores pobres e alguns deficientes, que constituíam um subgrupo de alunos, que iniciavam o espaço escolar sem sucesso e elevados índices de abstenção. Para alguns, as aprendizagens não chegam à apreensão de uma sílaba ou de uma letra rudimentar e, muito a custo, outros atingem uma leitura silabada e uma escrita muitíssimo elementar. Às crianças órfãs ou expostas esperava-se o destino dos trabalhos do campo, sobre a tutela de um proprietário rural nas diferentes Freguesias do Concelho.

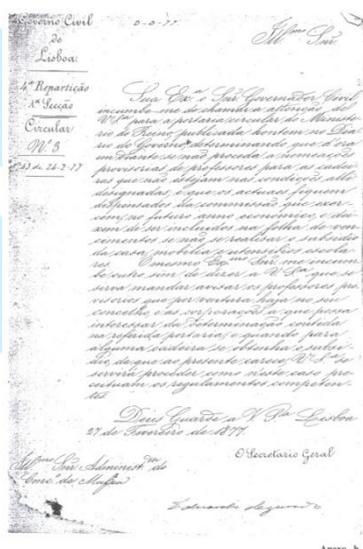
Regra geral, pelas precárias condições económicas, recorria-se à casa de escola já existente que servia o sexo masculino, praticando-se o ensino misto em grande parte das

Paróquias. Embora funcionando em turnos distintos, as populações não aceitavam de bom grado esta forma de ensino. As Freguesias que dispunham de maior poder económico, os grandes proprietários rurais, com o apoio das irmandades locais, suportavam a escola, sendo os chefes de família a pagar ao mestre, ou à mestra, o ensino das meninas.

As escolas particulares assumiram um papel preponderante no ensino das crianças do sexo feminino, quer pela preferência dos chefes de família, quer pela falta de escolas públicas. Estas foram pioneiras e antecedentes ao ensino público, dando resposta à demanda das primeiras letras por parte das populações locais.

Entre o “público” e o “privado”, remarca-se a gestão administrativa então praticada e o sentido actual de “escola pública”.

Manteve-se uma tradição antiga que vinha sendo prática: o mestre de Primeiras Letras assegurava um espaço e as alfaias do ensino, as famílias seleccionavam e remuneravam-no. A partir do terceiro quartel, da centúria de setecentos, o tesouro público assegura o grosso do vencimento do professor e o Município, a Paróquia ou a Irmandade local o restante vencimento, estabelecido pela norma legisladora.



Percebe-se que estas condições se mantiveram por largos anos, corroboradas pela Lei, alterando-se definitivamente pela Portaria de 1877, que circulava em ofício redigido pelos Governadores Cívicos e, destes, para os Administradores nos Municípios e, daí, para as Paróquias. O ensino público assumia-se, desta forma, na verdadeira acepção, criando rupturas no funcionamento escolar e no movimento de escolarização das crianças. Posteriormente, verifica-se a existência de uma rede escolar pública, colaborando para tal os elementos da administração local - as Câmaras, as Paróquias e as Irmandades locais.

Entre os anos cinquenta e oitenta do século XIX, a procura das *Primeiras Letras* torna-se cada vez mais intensa, transparecendo uma oferta escolar ineficiente. Ou seja, a escolaridade torna-se precoce, porquanto, por volta dos oito anos, as crianças já oferecem uma maturação suficiente para ajudar na guarda do gado ou na lavoura e nos negócios familiares. Não foi no abstracto que no ano de 1896 se legislaram as escolas infantis. Até aos anos oitenta, a Escola Primária tem o papel de educar e instruir as crianças, em idade precoce, das famílias que não tinham onde as deixar quando iam trabalhar. A partir de um tempo em que a procura escolar se torna cada vez mais intensa, as crianças de três e de

quatro anos deixam de podê-la frequentar, pela falta de condições de lotação da sala de aula. Apenas algumas de cinco e as de seis e sete anos passariam a ter acesso à escola. Independente do carácter de obrigatoriedade de frequência que a Lei preconizava, as populações, cada vez mais, aderiam ao Ensino Primário, mercê da crença de sua utilidade prática. Restavam, ainda, algumas franjas rurais que desconheciam a utilidade do ensino, sobretudo nas localidades distantes dos núcleos urbanizados das Vilas. É frequente assistir-se à falta de adesão da população quando se instaura uma escola em determinadas zonas rurais e isoladas. Posteriormente, na década seguinte, verificava-se a maior adesão e o hábito - já impregnado - de mandar os filhos à escola.

Em algumas Freguesias são os professores os mais atentos à frequência escolar da criança: queixam-se, amiúde, dos delegados paroquiais por não darem cumprimento à Lei, através do recurso à coacção em multas pecuniárias. Noutras Paróquias, as mais urbanas ou em que a demanda da escolaridade era intensa, apelavam à Junta Escolar a fim de se inteirarem de quais as crianças que deviam preterir à matrícula.

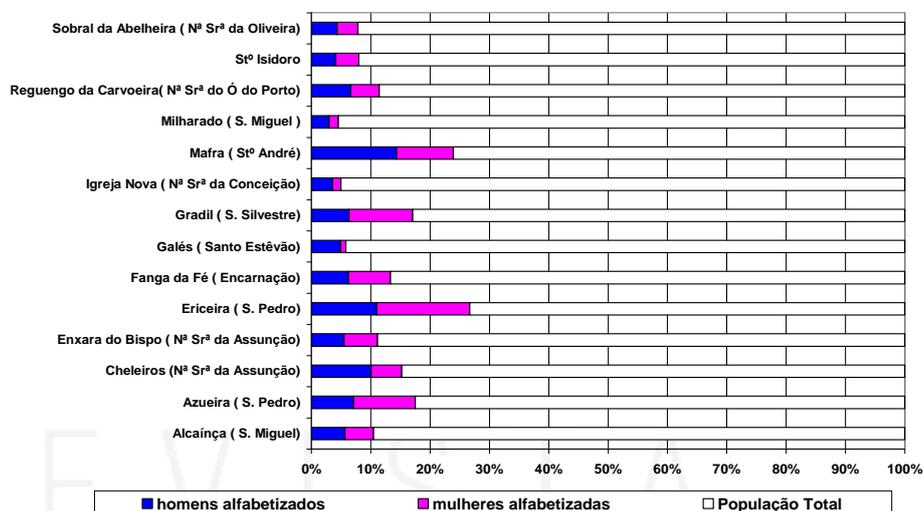
A escola não tem capacidade para dar resposta a todas as crianças que a procuram. Neste drama, emerge uma população que postula o ensino das Primeiras Letras, confirmando uma escassa rede de escolas, desproporcionada à procura instalada nas localidades. Decorrem outras formas alternativas ao ensino público: crianças que são alfabetizadas pelo lojista local, ou pelo taberneiro, o ensino organizado em pequenos grupos, regra geral, no domicílio, o recurso à escola de outra Freguesia mais próxima da residência, ao pároco da localidade, a professores itinerantes ou a «senhora letrada» que se dispunha a ministrar o *A, B, C*, do ensino. As escolas particulares disseminam-se, por contraponto, à ineficácia de cobertura da rede escolar.

Chegados ao limiar de novecentos, as estatísticas revelam um quadro de alfabetizados que rondava 21 % da população do Concelho, colocando reservas quanto às percentagens apuradas. Não será o caso de muitas pessoas declaradas analfabetas por um recenseador mais exigente, ou porque o pároco local, que, nos actos do baptizado ou do casamento, só deixava assinar os padrinhos da escala máxima de literacia?

Tentar perceber por que se manteve este nível de alfabetizados, e que ele valeu o que valeu, para a estatística, não para o quotidiano das populações locais que já tinham entendido e sentido a necessidade da cultura escrita, foi umas das nossas tarefas; também tentar perceber diferenças na estatística, entre percentagens, ou número total de indivíduos que liam. Atenda-se às variações patentes nas Freguesias, tornando-se concludente que há

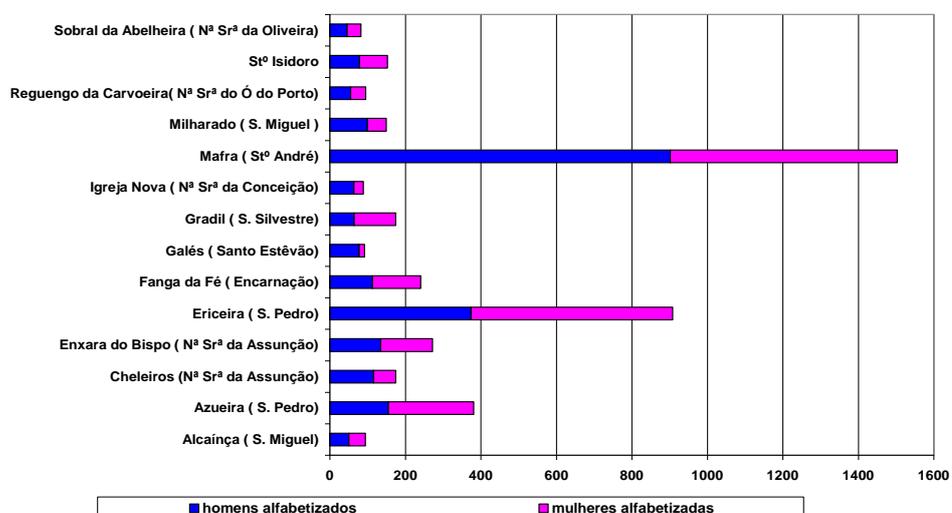
comutação nas posições cimeiras quando comparados, no tempo, os dados sobre alfabetização no Concelho.

Gráfico n.º 6 – Níveis de instrução em percentagem relativa à população total existente em cada Freguesia do Concelho de Mafra –1900.



Fonte: *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900* (Quarto Recenseamento da População Geral), Vol. III, Lisboa, Typografia de A Editora, 1906

Gráfico n.º 7 – Número de indivíduos alfabetizados de ambos os sexos por Freguesia que «sabiam ler e escrever» –1900.



Fonte: *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900* (Quarto Recenseamento da População Geral), Vol. III, Lisboa, Typografia de A Editora, 1906.



3. CARTOGRAFIA ESCOLAR E ESCOLARIDADE

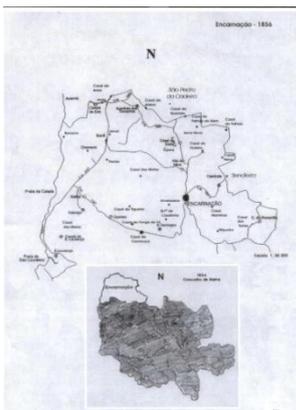
Das quatro Freguesias seleccionadas para o estudo de caso, reconhece-se à de Santo André de Mafra um papel mais relevante pelo facto de ser a sede de um imenso Concelho plasmado por 13 Freguesias que, na maioria, não se desviavam do Portugal do século XIX, compreendendo a urbanidade da Vila e a ruralidade das inúmeras localidades adstritas.

A **Vila de Santo André** apresentava uma importância acrescida, porquanto concentrava todo o serviço burocrático-administrativo, concorrendo para isso uma actividade social, que contrastava com as restantes Paróquias adjuntas.

As estadias da família real pela época de caça, o movimento das instituições militar, religiosa e escolar, a criação dos serviços dos correios e telégrafo, o caminho de ferro, a imprensa local, os mercados, grandes feiras, desencadeavam o crescimento urbano, cujo eixo se concentrava em torno do Real Edifício. As instituições locais tornavam-se abertas e em permanente transformação, criando uma forte centralidade, com um pólo activo e dinâmico em contraste com os espaços periféricos.

A necessidade de cultura escrita firma-se na ideia da sua democratização, em que as práticas da leitura e da caligrafia, bases de aritmética, convertem-se numa obrigação para todos os sectores produtivos da sociedade Mafrense. Observa-se ainda como o ensino dos meninos levava vantagem sobre o das meninas, notando-se a mudança por volta dos anos cinquenta do século XIX, sendo evidentes as ideias regeneradoras da educação da mulher no país de oitocentos.

À escassez de escolas públicas juntava-se a voz das populações locais que postulavam o acesso à instrução pública dos seus filhos, descortinando uma rede escolar ineficaz, não obstante os esforços comunitários empreendidos pelo regime liberal. Esta situação lacunar



aviventou a auto-organização de certos grupos da população local que, com o fim de acederem ao ensino do A, B, C, recorreram a escolas particulares e a mestres religiosos ou laicos que, na forma itinerante, por domicílios, davam resposta a estas necessidades. Verificou-se que os sistemas alternativos ao ensino do Estado

parecem ter apresentado maior eficácia no desenvolvimento dos processos de alfabetização local, porquanto, em 1820, existiam na Freguesia de Mafra 32% de sujeitos alfabetizados, sendo 23% homens e 9% mulheres e, em 1900, uma descida nas percentagens para 24%, 14% homens e 10% mulheres.

Na **Encarnação** não seria a população a primeira a ter uma atitude «renitente ao ensino»; pelo contrário, a oferta de edifícios escolares era manifestamente insuficiente. As duas aulas de ensino público existentes, quer de ensino de meninos, quer de meninas, na Freguesia da Fanga da Fé, não ofereciam as condições de acesso necessárias à população infantil de outras localidades pela grande distância em quilómetros. Em relação à população escolar próxima do lugar em que estava implementada, verificou-se que a sua capacidade volumétrica era manifestamente insuficiente para integrar todas as crianças em idade escolar que, efectivamente, a deveriam frequentar.

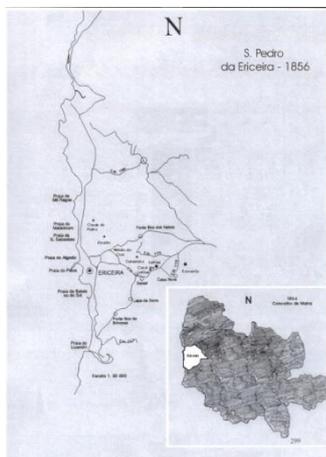
Pudemos perceber, ainda, que só com um grande esforço comunitário, dos professores, da Junta de Paróquia, da Câmara Municipal, das famílias, dos beneméritos locais e das irmandades religiosas, o Ensino Elementar pôde lentamente generalizar-se, no sentido de contemplar algumas das condições efectivas de procura das populações e, ainda, de algumas famílias de localidades limítrofes do Concelho de Torres Vedras.

No processo de adesão das famílias e de apropriação dos alunos ao ensino, pudemos observar a generosa quantidade de meninas que concluíram com sucesso o Exame Elementar Primário e verificar que a escola pública do sexo feminino, do Lugar da Encarnação, pôde ser mais um reforço efectivo no móbil de migrações das famílias, pese embora a organização efectiva da Instrução Elementar nas Leis de Obrigatoriedade de Frequência e o crescimento populacional do lugar onde a escola estava implementada.

As “modernas leis” de 2 de Maio de 1878, de 11 de Junho de 1880 e o Regulamento de 28 de Julho de 1881 se, por um lado, depararam as populações locais com inúmeras dificuldades na sua execução, por outro lado, fizeram-nas sentir a total responsabilidade pelo Ensino Elementar Primário, confrontando-as com o processo efectivo de adesão à escola da sua localidade.

Não obstante as generosas tentativas levadas a cabo por uma legislação que tentava efectivamente implementar o ensino obrigatório, transpondo essa responsabilidade para as localidades, elas caíram em desaire pela efectiva falta de condições económicas e materiais que se repercutiam no ínfimo número de escolas que compunham então a rede escolar local. Tudo isto resultou que ao nível local não existia um único responsável pela aplicação da Lei que se “atrevesse” a aplicar as multas que a Lei recomendava.

Como poderia um Delegado Paroquial imputar uma coima a um encarregado de educação, quando a escola que o seu educando deveria frequentar estava capacitada para comportar o número limite de 28 crianças, registando um número de matrículas que ascendia a sessenta?



E as famílias, confrontadas com estas condições, acreditariam nas Leis e nas escolas que se ofereciam aos seus educandos? Analisando os processos de escolarização na Freguesia, demos conta de um número de crianças escolarizadas proporcional ao reduzido número de escolas que então existiam. Posteriormente, ao longo de meio século, com a Primeira República e sobretudo com o Estado Novo, desenvolver-se-ia uma rede escolar eficaz, implementando-se então casas de escola na maioria das localidades mais populosas.¹⁶ Só assim estavam criadas as condições para o

efectivo cumprimento da Lei: escola acessível - obrigatoriedade de ensino.

A **Freguesia da Ericeira** apresentava baixa extensão geográfica, com poucas localidades adstritas, não distando estas mais do que cinco quilómetros do seu núcleo urbano, a Vila da Ericeira.

Configurava um forte cariz urbano, com grande concentração populacional e bons acessos às duas escolas públicas e várias particulares de que dispunha. Uma única escola poderia, nestas condições, escolarizar o maior número de crianças existentes na localidade. A motivação das populações para mandarem os filhos à escola tornava-se num factor de projecção, porquanto a Freguesia da Ericeira estava inserida numa situação geográfico-marítima específica, em que os sujeitos se encontravam ligados, de uma forma ou de outra, à vida do mar, embarcando nos navios desde cedo, afluindo aí um comércio de produtos variados, oriundos, sobretudo, do Brasil. O turismo sazonal trazia forasteiros que todos anos ali acorriam, crescendo armadores de navios e as fábricas de conserva que se projectavam e requeriam outras dinâmicas sociais que a distinguiam de todas as outras Freguesias do Concelho.

Os trabalhos do campo como meio de subsistência das famílias estavam arredados da maioria das crianças que habitavam na vila. Contudo, também os meninos deste lugar não fizeram excepção, estando o seu trabalho sazonal ligado à faina da pesca, pelo que seus pais

¹⁶ Livro de *Registo dos Arrendamentos das Escolas Primárias do Concelho de Mafra* – n.º 1 E – 27, anos de [1942-1963].

os retiravam da escola, para ajuda nas lides. O processo de escolarização e de apropriação foi, para um grande número, lento e irregular, não chegando a maioria a terminar os estudos elementares.

Assistimos, ainda, às numerosas mulheres que tomaram posição cimeira na educação da



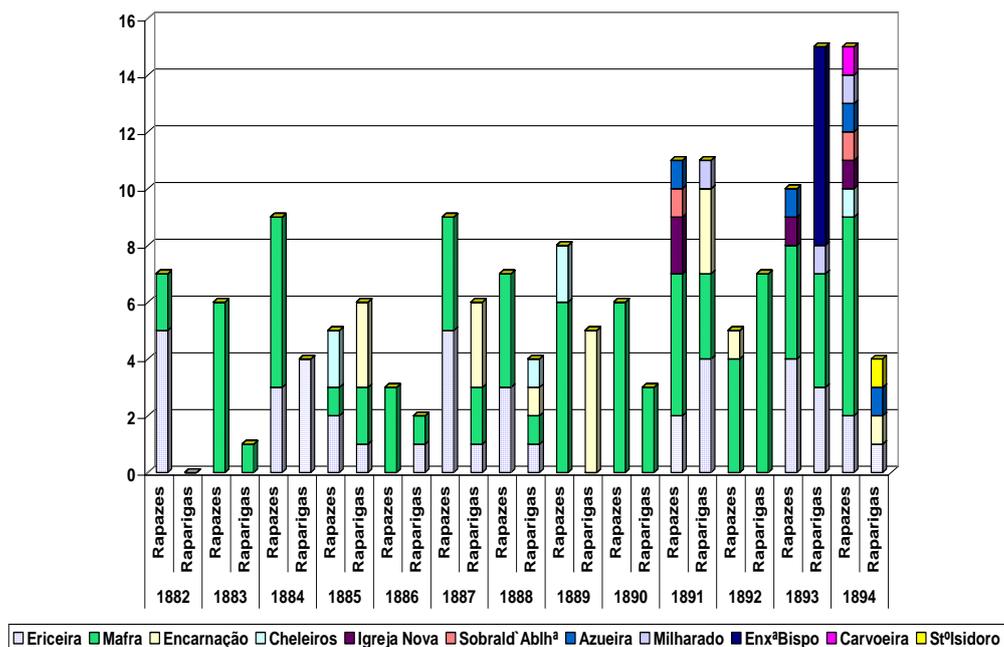
família, quando o pai estava ausente, por longos meses, ao ter embarcado em algum navio ou por ter perdido a vida tragicamente em algum naufrágio. Destarte, o cômputo de mulheres alfabetizadas ser superior ao do sexo masculino.

Pode considerar-se esta, uma Freguesia urbana onde a classe burguesa emerge e floresce no seu tecido social, com fortes repercussões nos processos de escolarização locais.

Por oposto, ao reflectirmos acerca do estado da Instrução Elementar na **Freguesia de Santo Estêvão das Galés**, percebemos ter havido três condicionantes no desenrolar do processo de escolarização local e na apropriação dos alunos ao Ensino Primário. Uma primeira condicionante, de cariz geográfico, que impunha uma situação de isolamento que, na maioria das Freguesias do Concelho, não encontramos. Um segundo aspecto, reflectido na falta continuada de professores qualificados para o exercício do Magistério Primário. E, por último, o terceiro factor, relativo à ocupação laboral das crianças da Freguesia.

Esta população desenvolveu formas próprias de organizar-se e de prover as suas necessidades básicas de alfabetização. Sobretudo, soube demonstrar que, apesar da sua fragilidade e inópia, a escola local era pertença colectiva, defendendo-a, impondo os seus paradigmas educacionais e de representação reflectidos no seu contexto sócio-antropológico. Os três artigos impressos no jornal do Concelho em 1866, que, para além de reforçarem algumas das ideias expostas, reflectem também que o factor geográfico adverso não é condição de isolamento sócio-humanitário, sendo ultrapassado pelo recurso dos locais à imprensa periódica «Mafrense» a fim de resolverem os vários problemas ligados à instrução que esta população tão bem sentia, fazendo emergir um espírito de defesa colectivo para com a *sua* escola.

Gráfico n.º 8 Exames de Instrução Elementar Primária no Concelho de Mafra – 1881 a 1894.



Fontes: A.H.M.M. – Liv. de Termos de Exame - Liv. n.º 90/ Liv. N.º 321/ Modelo E – anos de 1881 – 1894

Legenda convencional: Ericeira – Freguesia da Ericeira; Encarnação – Freguesia da Encarnação; Mafra – Freguesia de Mafra; Cheleiros – Freguesia de Cheleiros; Igreja Nova – Freguesia de Igreja Nova; Sobral d'Ablh.^a – Freguesia do Sobral da Abelheira; Azueira – Freguesia da Azueira; Milharado – Freguesia do Milharado; Enx.^a Bispo – Freguesia de Enxara do Bispo; Carvoeira – Freguesia da Carvoeira; St.^o Isidoro – Freguesia de Santo Isidoro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mergulhar o olhar nas imagens reconstruíam-se num contínuo que, cabalmente, foi erigindo este trabalho. Percebemos e vivemos a nossa gênese, crescendo na *alma* um sentimento de respeito por determinadas épocas, que, tal como as etapas de vida de um ser humano, construíram o tempo em que hoje se vive. Emergiram questões que nos impusemos, quantas vezes pelas similitudes encontradas no passado, que, finalmente, se tornam tão recentes. As fontes consultadas transformaram-se, como por encantamento, em tesouros, mais valiosos que a jóia maior e melhor cotada num qualquer mercado mundial. Espera-se que, com este contributo, possamos ajudar a avivar sentimentos de interesse por um *passado* que poderá desaparecer, se não despertarmos a História Local estritamente ligada à Nacional, essas raízes humanas que se solidificaram um dia, no tempo lento e

implacável do esquecimento, correndo-se o risco de nos esquecermos de nós próprios, da nossa identidade e do ser colectivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNÇÃO, Guilherme José Ferreira, *Á Sombra do Convento*, Mafra, Altagráfica, 1958.

CHARTIER, Roger, *A História Cultural - Entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel Editores, 1988.

GIL, João Pedro da S. H., *Casa Grande da Lobagueira*, Mafra, C. M.M., 2003.

FERNANDES, Rogério, *Os Caminhos do A, B, C – Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras – Do Pombalismo a 1830*, Porto, Porto Editora, 1996.

MAGALHÃES, Justino Pereira de, *Alquimias da Escrita: Alfabetização, História, Desenvolvimento no Mundo Ocidental do Antigo Regime*, São Paulo, Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.

MAGALHÃES, Justino Pereira de, “Ler e Escrever no Mundo Rural do Antigo Regime. Um Contributo para a História da Alfabetização e da Escolarização em Portugal, *Análise Psicológica*, n.º 4 (XIV), 1996, pp. 435-445.

RAMOS, Rui, “Culturas da Alfabetização e Culturas do Analfabetismo em Portugal: Uma Introdução à História da Alfabetização no Portugal Contemporâneo”, *Análise Social*, 3.ª Série, vol. XXIV, n.ºs, 103/ 104, 4.º e 5.º de 1988, pp. 1067-1145.

VARELA, Julia & Alvarez Uria, Fernando, “La Escuela Obligatoria, Espacio de Civilización del Niño Obrero” in *Arqueología de La Escuela*, Madrid, Las Ediciones de la Piqueta, 1991, pp. 175-208.

VENTURA, Margarida Garcez, *A Colegiada de Santo André de Mafra – Séculos XV – XVIII*, Transcrição Paleográfica do Fundo Documental e Estudo Introdutório, Mafra, Câmara Municipal de Mafra, 2002.

Fontes Impressas

Gazeta do Campo (periódico quinzenal impresso em Mafra), n.ºs do ano de 1866.

Estatutos do Real Colégio de Mafra, Lisboa, Regia Officina Typografica, anno MDCCLXXXI.

Colecção de Manuais Escolares adotados pela Escola Real de Mafra

Monteverde, Emilio Achilles, *Método Fácil para Aprender a Ler*, 16ª Edição, Lisboa, L. C. de Gomes de Carvalho Ed., 1899. (Biblioteca Arquivo Histórico da Escola Superior de Educação João de Deus)

Monteverde, Emilio Achilles, *Manual Enciclopédico*, 6.ª Edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855.

Godinho, Manuel Nunes, *Preceitos Caligráficos para Instrução da Mocidade*, 3ª Edição, Lisboa, 1862.

Roeder, A.H., *Exercícios Portugueses para Leitura e Análise*, Lisboa, 1881.

Silva, Carlos, *Exercícios de Caligrafia – Bouquet de Letras Manuscritas*, Lisboa, 1889.

Rodrigues, Branco, *Methodo Simultaneo de Leitura e Escripita*, Lisboa, David Corazzi Editor, 1880.

Manuscritas

Arquivo Histórico Municipal de Mafra (A.H.M.M.)

Livro de *Actas da Junta Escolar de Mafra*, n.º 338, 1881 – 1886. (Lv.)

Livro de *Actas da Junta Escolar de Mafra*, n.º 320, 1886 – 1892.

Livro *Copiador de Offícios Expedidos* da Junta Escolar de Mafra, n.º 317, 1881 – 1883.

Livro *Copiador de Offícios Expedidos da Junta Escolar de Mafra*, n.º 367, 1883 – 1892.

Livro de *Registo de Correspondência Expedida* da Comissão de Exames, n.º 321, 1882 - 1891.

Livro de *Actas das Sessões da Comissão Inspector de Exames*, n.º 271, 1882-1891.

Livro n.º 1 – *Termos de Exame da Instrução Primária*, n.º 90, 1882-1885.

Livro n.º 2 – *Termos de Exame da Instrução Primária*, n.º 91, 1886-1894.

Livro de *Nomeações, Licenças e Penas Disciplinares* dos Professores do Concelho de Mafra, n.º 386, 1886-1888.

Livro de *Lançamento de Receita e Despesa com a Instrução Primária*, da Câmara Municipal de Mafra, n.º 1 – 259, 1883-1890.

Livro de *Lançamento de Receita e Despesa com a Instrução Primária*, da Câmara Municipal de Mafra, n.º 2 – 319, 1890-1892.

Livros de *Recenseamento das Crianças em Idade de Frequência Escolar* – sexos Masculino e Feminino (vários), expedidos pelas Juntas de Paróquia das Freguesias de: Mafra, Ericeira, Carvoeira, Alcaíça, Igreja Nova, Azueira, Encarnação, Enxara do Bispo, Cheleiros, Gradil, Milharado, Santo Estêvão das Galés, Santo Isidoro, Sobral da Abelheira - Caixa Grande (C.G.) n.º 1 – E-29, anos de 1881 a 1891.

Livro de *Recenseamento das Crianças em Idade de Frequência Escolar* – sexos Masculino e Feminino (vários), expedidos pelas Juntas de Paróquia das Freguesias do Concelho de Mafra – Caixa Pequena (C. P.) n.º 8 – E-29, anos de 1898 a 1900.

Livros de *Registo dos arrendamentos das escolas primárias do Concelho de Mafra* – n.º 1 E – 27, anos de [1942-1963]. (Lvs.)

Folhas das Faltas dos Professores do Concelho de Mafra – Caixa Pequena (C. P.) n.º 1 – E-28, ano de 1893.

Folhas das Faltas dos Professores do Concelho de Mafra – Caixa Pequena (C. P.) n.º 2 – E-28, anos de 1897 a 1899.

Ofícios e Circulares de Várias Escolas do Concelho de Mafra – Caixa Pequena (C. P.) n.º 4 – E-28, Século XIX. (Of. E Circ.)

Ofícios e Circulares de Várias Escolas do Concelho de Mafra, Caixa Pequena (C. P.) n.º 5 – E-28, Século XIX.

Mapas Estatísticos sobre Escolas Públicas – Caixa Pequena (C. P.) n.º 6 – E-28, Século XIX.

Escola Conde de Ferreira – Caixa Âmbar (C. A.) – E-31, Séculos XIX – XX.

Livros de Matrícula, Real Escola de Mafra – E-26, 1856-1908.

Ofícios e Circulares e Mapas, Escola Real de Mafra – Caixa Pequena (C. P.) n.º 9 – E-26, Século XIX-XX.

Livros de Actas das Sessões da Vereação, Câmara Municipal de Mafra – anos de 1810 a 1886.

Livros do Recenseamento Político – Eleitores e Elegíveis do Concelho de Mafra – de 1856 a 1890 (Lv. Rec. E.E.).

Livro de Manifestos, n.º 18 – Doc. 115/ 1820 – Freguesias de Santo André de Mafra e Santo Isidoro.

Livro de Imposições Municipais, Câmara Municipal de Mafra – Caixa, n.º 19, doc. n.º 193 e, Caixa n.º 26, doc. n.ºs 157 e 158 - anos de 1881-1884.

Livro de Receita Efectiva com Designação da sua Proveniência, C.M.M – n.º 230

Maria do Céu Garcia dos Reis Loureiro Alves

Mestre em Educação: área de especialização – História da Educação e da Pedagogia, Universidade do Minho, Braga, Portugal; Doutoranda no Curso de Doutorado em Ciências da Educação: especialidade História da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.

Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia- UFU e Professora do Programa de Mestrado em Educação da UNIUBE

Artigo recebido em 28 de agosto de 2011

Aceito para publicação em 28 de setembro de 2011

REVISTA
PROFISSÃO
DOCENTE ON
LINE